



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

O desenvolvimento de Macau necessita do apoio de talentos de todos os sectores de actividade, no entanto, o Plano Quinquenal de Desenvolvimento (2016-2020), que já foi apresentado há vários anos, e o Governo não dispõem de medidas suficientes e concretas para a formação de talentos a longo prazo, e os resultados não são significativos. Mesmo para alguns sectores com perspectivas de desenvolvimento, como por exemplo, os chefes de cozinha e os trabalhadores qualificados da área da restauração, que são importantes para uma “cidade gastronómica”; os profissionais da área das tecnologias informáticas necessários para a concretização do posicionamento de “cidade inteligente”; e também para o sector financeiro, sector que temos estado a desenvolver, com muito esforço, nos últimos anos, não dispomos de planos nem de medidas específicos para a formação de talentos, apenas se definiram algumas acções de formação básica e não um regime de formação de talentos a vários níveis, nem uma política de emprego bem ponderada e planeada, de forma global, para promover o crescimento de talentos e o seu desenvolvimento profissional.

Por outro lado, no Plano Quinquenal refere-se o estudo, de forma activa, de medidas para a importação de talentos. Mas, na realidade, existem em Macau políticas de importação de mão-de-obra e um regime de fixação de residência vulgarmente designado por “imigração por fixação de residência de técnicos especializados”, que permite a importação adequada de quadros qualificados. Só que existem lacunas na apreciação e fiscalização, e esse regime foi abusivamente utilizado inúmeras vezes, tendo sido amplamente criticado pela sociedade. Por isso, é urgente o seu aperfeiçoamento e optimização. No que respeita à “imigração por fixação de residência de técnicos especializados”, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) divulgou, em Julho de 2018, um relatório de investigação, no qual se refere a falta de rigor por parte do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) na apreciação e fiscalização dos pedidos de “imigração por investimentos relevantes” e de “imigração por fixação de residência de técnicos especializados”. Depois disso, o Governo limitou-se a dizer que ia acompanhar a situação. Passado um ano, o IPIM respondeu, em Agosto do corrente ano, a uma interpelação de um deputado, afirmando que: o ajustamento preliminar do novo método de avaliação já estava concluído, que em 2018 se tinha iniciado a revisão da lei e que estavam em curso os respectivos trabalhos de análise e estudos. Porém, já se passou quase um ano e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

meio desde a divulgação do referido relatório e os referidos trabalhos ainda não estão concluídos. Espero que o novo Governo acompanhe seriamente o assunto e que aperfeiçoe, quanto antes, o regime em causa, com vista a assegurar que os talentos importados sejam “verdadeiros talentos” e consigam responder ao desenvolvimento económico de Macau, e não se atrase o andamento dos trabalhos devido à mudança de mandato.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Com vista à concretização dos objectivos da estratégia de desenvolvimento da formação de talentos constantes do Plano Quinquenal, o novo Governo, com base nos inquéritos e estudos da Comissão de Desenvolvimento de Talentos referentes a determinados sectores de actividade, deve clarificar qual é a entidade responsável pela coordenação da formação de talentos, a fim de definir políticas claras e formar, sistematicamente, os profissionais e talentos vocacionados para a prática e necessários para os diversos sectores de actividade. Vai fazê-lo? O Plano Quinquenal exige que, entre 2019 e 2020, sejam concretizadas, preliminarmente, as medidas de formação de talentos a médio prazo, com vista a consolidar as bases da formação de talentos a longo prazo. Que medidas concretas estão em curso para o efeito?

2. O Relatório de investigação do CCAC, de Julho de 2018, segundo o qual foram detectadas lacunas na apreciação e fiscalização dos pedidos de “fixação de residência por investimentos relevantes” e de “fixação de residência de técnicos especializados” por parte do IPIM, já foi divulgado há quase ano e meio. Na resposta a uma interpelação de um deputado, em Agosto do corrente ano, o IPIM afirma que os respectivos trabalhos ainda não foram concluídos. Qual é o ponto de situação dos trabalhos de ajustamento e revisão da lei sobre o regime de avaliação de imigrantes? Quando é que vão estar concluídos?

13 de Dezembro de 2019

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Lei Cheng I**